

A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andressa Alves de Souza¹
Francisco Cardoso Mendonça²

RESUMO: Esta pesquisa discute a relevância da participação familiar no desenvolvimento educacional de crianças com deficiência da Educação Infantil, considerando os princípios da educação inclusiva e a necessidade de integração entre família e escola. O estudo buscou compreender quais dificuldades surgem para a escola quando o acompanhamento familiar ocorre de maneira limitada ou fragilizada. Como objetivo geral, analisou-se a responsabilidade da família no acompanhamento da aprendizagem de crianças com deficiência na Educação Infantil. Entre os objetivos específicos, destacaram-se: compreender a importância da parceria entre família e escola, identificar os desafios enfrentados pelos responsáveis, analisar fatores relacionados à dificuldade de aceitação do diagnóstico e discutir estratégias que fortaleçam a corresponsabilidade educacional. A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo, sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa. Foram utilizados livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à inclusão escolar, Educação Infantil e participação familiar. Os resultados demonstraram que o envolvimento da família favorece significativamente o desenvolvimento da criança, ampliando suas possibilidades de aprendizagem, interação social e autonomia. Em contrapartida, a ausência desse acompanhamento tende a gerar dificuldades pedagógicas, emocionais e sociais, comprometendo a efetivação da inclusão escolar. Também foram identificados fatores relacionados às condições socioeconômicas, à falta de informação e às dificuldades emocionais enfrentadas pelas famílias diante do diagnóstico da deficiência. Conclui-se que a construção de uma educação inclusiva exige diálogo permanente, acolhimento e atuação conjunta entre escola, família e sociedade.

Palavras-chave: Família. Educação inclusiva. Crianças com deficiência. Educação Infantil. Aprendizagem.

¹ 8º semestre - Faculdade Mauá.

² Professor Orientador - Faculdade Mauá.

ABSTRACT: This research discusses the relevance of family participation in the educational development of children with disabilities in Early Childhood Education, considering the principles of inclusive education and the need for integration between family and school. The study sought to understand the difficulties faced by schools when family support is limited or fragile. As a general objective, the research analyzed the family's responsibility in monitoring the learning process of children with disabilities in Early Childhood Education. Among the specific objectives, the following stood out: understanding the importance of the partnership between family and school, identifying the challenges faced by caregivers, analyzing factors related to the difficulty in accepting the diagnosis, and discussing strategies to strengthen shared educational responsibility. The research adopted a qualitative approach, with an exploratory and descriptive character, and was developed through a narrative bibliographic review. Books, scientific articles, legislation, and official documents related to school inclusion, Early Childhood Education, and family participation were used. The results demonstrated that family involvement significantly favors children's development, expanding their possibilities for learning, social interaction, and autonomy. On the other hand, the absence of such support tends to generate pedagogical, emotional, and social difficulties, compromising the effectiveness of school inclusion. Factors related to socioeconomic conditions, lack of information, and the emotional difficulties faced by families regarding the disability diagnosis were also identified. It is concluded that the construction of inclusive education requires permanent dialogue, welcoming attitudes, and joint action among school, family, and society.

Keywords: Family. School inclusion. Students with disabilities. Teaching and learning. Special education.

I INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que é nesse período que se consolidam importantes experiências relacionadas à aprendizagem, à socialização, à linguagem e à construção da identidade. Nessa fase, as interações estabelecidas com o meio social exercem influência significativa sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo, tornando indispensável a colaboração conjunta da família e da escola.

Na educação inclusiva, a presença de crianças com deficiência nas instituições de ensino exige práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças e com a garantia do

direito à aprendizagem. Assim, a inclusão não se limita ao acesso à matrícula, mas envolve a criação de condições que favoreçam a participação efetiva da criança em todas as dimensões da vida escolar.

A família é a peça principal no desenvolvimento infantil, especialmente quando se trata de crianças com deficiência. O acompanhamento familiar contribui para o fortalecimento do vínculo da criança com a escola, bem como com outros espaços de convivência.

Por outro lado, ao deparar-se com a realidade, muitas famílias acabam encontrando diferentes dificuldades que acabam por comprometer o pleno desenvolvimento escolar, desde a ausência de apoio institucional, limitações financeiras, falta de pessoal especializado até mesmo dificuldades de aceitação do diagnóstico.

Partindo de tudo apresentado até aqui, surge o seguinte problema de pesquisa: quais desafios são enfrentados pela escola quando a participação da família no acompanhamento educacional da criança com deficiência ocorre de forma insuficiente? Parte-se da hipótese de que a presença ativa da família favorece o desenvolvimento da criança e fortalece as práticas inclusivas, enquanto a ausência desse acompanhamento tende a dificultar a aprendizagem, a socialização e a construção de vínculos escolares.

A relevância deste estudo está associada à necessidade de ampliar as discussões sobre a corresponsabilidade entre escola e família na efetivação da educação inclusiva. Em muitos contextos educacionais, ainda se observa distanciamento entre os responsáveis e a instituição escolar, situação que pode comprometer o desenvolvimento integral da criança.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a responsabilidade da família no acompanhamento da aprendizagem de crianças com deficiência na Educação Infantil. Como objetivos específicos, busca-se compreender a importância da parceria entre família e escola, identificar os principais desafios enfrentados pelos responsáveis, discutir fatores relacionados à aceitação do diagnóstico e apontar estratégias que favoreçam a corresponsabilidade educacional.

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa. A escolha dessa metodologia ocorreu em razão da necessidade de compreender as contribuições teóricas relacionadas à participação da família na aprendizagem de crianças com deficiência no contexto da Educação Infantil inclusiva.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além da consulta a documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e pela legislação educacional brasileira.

Foram inicialmente identificadas 58 publicações relacionadas ao tema. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 27 trabalhos foram selecionados para compor a análise final, incluindo artigos científicos, livros, dissertações, legislações e documentos oficiais.

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos que abordassem: participação familiar no processo educacional, inclusão escolar de crianças com deficiência, Educação Infantil, corresponsabilidade entre família e escola e políticas públicas inclusivas. Foram excluídas pesquisas sem relação direta com a temática proposta, estudos voltados exclusivamente para outras etapas da educação e produções sem fundamentação científica compatível com os objetivos da pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram selecionados estudos que abordassem:

- A participação familiar no processo educacional;
- A inclusão escolar de crianças com deficiência;
- A educação infantil;
- Práticas de corresponsabilidade entre família e escola;
- Políticas públicas inclusivas.

Por outro lado, foram excluídas pesquisas que:

- Não apresentassem relação direta com a temática proposta;
- Abordassem exclusivamente outras etapas da educação;
- Não possuíssem fundamentação científica compatível com os objetivos do estudo.

A análise dos dados ocorreu de maneira interpretativa e reflexiva, por meio da leitura crítica das obras selecionadas. Os conteúdos foram organizados em categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa, tais como parceria entre família e escola, desafios familiares, aceitação do diagnóstico e estratégias de fortalecimento da inclusão escolar.

Quadro 01- Caracterização da busca bibliográfica

Critério	Descrição
Tipo de pesquisa	Revisão bibliográfica narrativa
Abordagem	Qualitativa
Bases consultadas	SciELO, Google Acadêmico, Portal CAPES e BDTD
Período de busca	2014-2025
Descritores utilizados	Família; Inclusão Escolar; Educação Inclusiva; Deficiência; Educação Infantil; Participação Familiar
Publicações encontradas	58
Publicações selecionadas	27
Critérios de inclusão	Estudos sobre família, deficiência, inclusão escolar e Educação Infantil
Critérios de exclusão	Trabalhos sem relação direta com o tema ou sem fundamentação científica compatível

Fonte: Produzido pelo autor (2026)

Por tratar-se de uma revisão bibliográfica narrativa, não houve coleta de dados em campo, aplicação de questionários, entrevistas ou observação de participantes, sendo a análise fundamentada exclusivamente na literatura especializada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em autores que discutem a relação entre desenvolvimento infantil, inclusão escolar e participação familiar. Parte-se da compreensão de que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais estabelecidas nos diferentes espaços de convivência da criança.

Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano está diretamente relacionado às experiências sociais e culturais vivenciadas pelo indivíduo. Nesse sentido, família e escola constituem espaços fundamentais para a construção da aprendizagem.

Libâneo (2013) destaca que a educação não ocorre de maneira isolada, sendo necessária a articulação entre práticas familiares e escolares. Da mesma forma, Lück (2011) ressalta que a participação da família favorece o desempenho da criança e fortalece o vínculo com a escola.

No campo da educação inclusiva, Mantoan (2006) defende a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças e com a participação efetiva de todos os estudantes. Já Mazzotta (2001) evidencia que muitas famílias enfrentam dificuldades emocionais relacionadas à aceitação da deficiência, situação que pode interferir diretamente na participação escolar.

Bronfenbrenner (1996) compreende o desenvolvimento humano como resultado das interações entre diferentes contextos sociais, reforçando a importância da relação entre família e escola para a formação da criança.

Além desses autores, Saviani (2008) contribui para a compreensão da educação como prática social comprometida com a formação humana e com a democratização do acesso ao conhecimento. Na perspectiva inclusiva, a escola deve promover condições efetivas de participação e aprendizagem para todos os estudantes. Mazzotta (2001), por sua vez, destaca a evolução histórica da Educação Especial no Brasil e a importância da construção de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Tais contribuições reforçam a necessidade de compreender a inclusão escolar como um processo que envolve escola, família, comunidade e Estado.

2.1 A importância da parceria entre família e escola

Não há como dissociar o papel da família e da escola, ambas as instituições precisam caminhar juntas para que a criança, especialmente aquela com deficiência tenham as condições mínimas de aprender e se socializar. Sem esta colaboração, é impossível o estabelecimento de qualquer vínculo. O diálogo entre estes dois agentes é o fio condutor que produzirá aquilo se espera da inclusão.

Essa parceria é o que fortalecerá as práticas inclusivas, pois é através dela que ocorrerá a continuidade entre as experiências vivenciadas pela criança nos diferentes ambientes. Estudos mais recentes reforçam que a participação familiar na Educação Infantil constitui um dos principais fatores para o fortalecimento dos processos inclusivos. Blanco Varela (2024) destaca que a integração entre família e escola favorece o desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças, contribuindo para a construção de ambientes educacionais mais acolhedores e inclusivos. Segundo a autora, o envolvimento dos responsáveis amplia as possibilidades de aprendizagem e fortalece a corresponsabilidade entre os diferentes atores

educacionais. Apesar de sua relevância, essa parceria nem sempre ocorre de maneira satisfatória. Muitas famílias enfrentam dificuldades relacionadas à rotina de trabalho, limitações financeiras, falta de informação e insegurança diante das demandas da deficiência. Por essa razão, torna-se indispensável que a escola desenvolva estratégias de acolhimento e aproximação com os responsáveis.

2.2 Os desafios enfrentados pelas famílias no acompanhamento escolar

Os desafios enfrentados pelas famílias no acompanhamento escolar de crianças com deficiência constituem uma realidade complexa e multifatorial, especialmente no contexto da Educação Infantil. Embora o acompanhamento dos responsáveis seja reconhecido como elemento essencial para o desempenho da criança e para a efetivação da educação inclusiva, muitas famílias encontram dificuldades que limitam sua atuação na vida escolar dos filhos.

Essas barreiras podem estar relacionadas a fatores emocionais, sociais, econômicos e institucionais, impactando diretamente a relação entre família, escola e aprendizagem. Observa-se que parte dessas dificuldades é frequentemente interpretada como desinteresse familiar, quando, na realidade, muitas famílias enfrentam condições de vulnerabilidade que limitam sua participação no cotidiano escolar. Essa compreensão exige uma análise mais ampla das desigualdades sociais que atravessam a educação inclusiva.

Diante disso, além de fazer um levantamento socioeconômico, as secretarias de educação e equipes diretivas, precisam discutir, juntamente com os professores os resultados deste mapeamento, não só com o intuito de conhecer a comunidade escolar, mas também de fazer um trabalho que leve em consideração as vulnerabilidades encontradas.

Há porém, de se ressaltar, que a dificuldade de aceitação do diagnóstico da criança é uma das grandes barreiras enfrentadas pelas famílias e pela escola. Para muitas famílias, o momento da descoberta da deficiência é acompanhado por sentimentos de medo, insegurança, culpa e negação, fatores que podem interferir no acompanhamento escolar e na busca por apoio especializado.

A compreensão da deficiência e de suas implicações “constitui um desafio significativo para muitas famílias” (MAZZZOTA, 2001p. 58), influenciando diretamente sua participação na experiência educacional. A ausência de acolhimento adequado e de informações claras pode intensificar essa construção, dificultando o fortalecimento da parceria entre família e escola.

Outro aspecto relevante refere-se às dificuldades socioeconômicas enfrentadas por muitas famílias. Questões relacionadas à baixa renda, jornadas extensas de trabalho, dificuldade de transporte e limitação no acesso a serviços de saúde e acompanhamento especializado podem comprometer a participação ativa dos responsáveis na vida escolar da criança.

Conforme destaca Bronfenbrenner (1996, p. 25), o desenvolvimento infantil sofre influência direta das condições sociais e ambientais em que a criança e sua família estão inseridas. Assim, a vulnerabilidade social pode restringir as possibilidades de acompanhamento contínuo e de participação efetiva nas atividades escolares.

Além disso, muitas famílias enfrentam dificuldades relacionadas à falta de informação acerca dos direitos da criança com deficiência e sobre a importância do acompanhamento pedagógico e terapêutico. Em diversos casos, os responsáveis desconhecem os serviços de apoio disponíveis, os encaminhamentos necessários ou até mesmo as estratégias que podem favorecer o desenvolvimento da criança no ambiente doméstico. Nesse contexto, Libâneo (2013) ressalta que a escola deve assumir também um papel orientador, promovendo ações que aproximem as famílias da experiência educacional e ampliem sua participação nas decisões pedagógicas.

Outro desafio frequentemente observado está relacionado à comunicação entre família e escola. Em algumas situações, a ausência de diálogo, a utilização de linguagem excessivamente técnica ou a falta de acolhimento por parte da instituição escolar podem gerar insegurança e afastamento dos responsáveis. Quando não existe uma relação baseada na escuta e na cooperação, a tendência é que ocorram fragilidades no acompanhamento da aprendizagem e na construção de estratégias inclusivas. Segundo Lück (2011, p. 69), a participação da família depende da existência de relações institucionais pautadas na confiança, no respeito mútuo e na valorização da contribuição dos responsáveis na rotina escolar.

Estudos apontam que muitas famílias de crianças com deficiência vivenciam situações de sobrecarga emocional, física e financeira decorrentes das demandas relacionadas ao cuidado, acompanhamento terapêutico e apoio educacional, fatores que podem influenciar sua participação na rotina escolar.

Corroborando essa perspectiva, Freitas e Matsukura (2024), ao investigarem experiências de familiares de crianças com deficiência na rede pública de ensino, identificaram que dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços especializados, à comunicação com a escola e à sobrecarga decorrente dos cuidados cotidianos influenciam diretamente a participação

familiar no processo educativo. As autoras ressaltam que o fortalecimento de redes de apoio e o acolhimento institucional são elementos fundamentais para ampliar o engajamento das famílias.

Consultas médicas frequentes, atendimentos terapêuticos, adaptações na rotina familiar e preocupações constantes com o desenvolvimento infantil podem gerar desgaste emocional significativo. Conforme aponta Fonseca (2015, p. 92), o apoio familiar à criança com deficiência exige reorganização da dinâmica familiar e enfrentamento contínuo de desafios emocionais e sociais, fatores que podem influenciar diretamente a participação no ambiente escolar.

Apesar das dificuldades enfrentadas, é necessário reconhecer que a escola possui papel decisivo no fortalecimento da relação com as famílias. Estratégias como acolhimento humanizado, escuta ativa, flexibilização de horários para reuniões, comunicação acessível e desenvolvimento de projetos de engajamento familiar podem contribuir significativamente para minimizar barreiras e fortalecer a corresponsabilidade no processo educativo.

Nessa perspectiva, Mantoan (2006, p. 43) enfatiza que a inclusão escolar exige ações colaborativas e comprometidas com a valorização das diferenças e com a construção de vínculos entre todos os envolvidos na rotina escolar.

Dessa forma, compreender os desafios enfrentados pelas famílias no acompanhamento escolar torna-se essencial para a construção de práticas educacionais mais inclusivas, democráticas e humanizadas. O reconhecimento dessas dificuldades possibilita o desenvolvimento de estratégias de apoio que favoreçam não apenas envolvimento dos responsáveis, mas também a ampliação das potencialidades da criança com deficiência no contexto da Educação Infantil.

2.3 Fatores que dificultam a aceitação do diagnóstico

A identificação dos fatores que dificultam a aceitação do diagnóstico de crianças com deficiência constitui um aspecto central para a compreensão das dinâmicas familiares e suas repercussões no acompanhamento escolar, especialmente no contexto da Educação Infantil. O momento do diagnóstico, frequentemente, representa uma ruptura nas expectativas idealizadas pelos responsáveis, desencadeando reações emocionais intensas que podem interferir diretamente na forma como a família lida com a criança e com suas demandas educacionais.

Entre os principais fatores, destaca-se o impacto emocional causado pela confirmação da deficiência. Sentimentos como negação, medo, culpa, tristeza e insegurança são recorrentes e podem dificultar o percurso de aceitação, prolongando o tempo necessário para que a família compreenda e se adapte à nova realidade. Nesse sentido, Mazzotta (2001) aponta que a dificuldade de aceitação do diagnóstico está diretamente relacionada à forma como a deficiência é compreendida social e culturalmente, sendo muitas vezes associada a estigmas e preconceitos que influenciam a percepção familiar.

Outro fator relevante refere-se à falta de informação e orientação adequada no momento do diagnóstico. Muitas famílias não recebem esclarecimentos suficientes sobre a condição da criança, suas possibilidades de desenvolvimento e os caminhos de intervenção disponíveis, o que pode gerar insegurança e resistência. Conforme destaca Fonseca (2015, p. 88), a ausência de informações claras e acessíveis contribui para a construção de concepções equivocadas sobre a deficiência, dificultando a aceitação e o engajamento da família no processo de acompanhamento. Em muitos casos, o suporte oferecido às famílias ocorre de maneira insuficiente e fragmentada, evidenciando fragilidades nas políticas de atendimento e orientação às famílias de crianças com deficiência.

As condições socioeconômicas também exercem influência significativa nessa caminhada. Famílias em situação de vulnerabilidade social podem enfrentar maiores dificuldades para acessar serviços de saúde, acompanhamento terapêutico e suporte educacional, o que contribui para o sentimento de impotência diante do diagnóstico. De acordo com Bronfenbrenner (1996, p. 27), o desenvolvimento humano é influenciado pelos diferentes sistemas sociais nos quais o indivíduo está inserido, sendo as condições materiais e contextuais determinantes para as possibilidades de enfrentamento das situações vivenciadas.

Além disso, aspectos culturais e crenças familiares podem interferir diretamente na aceitação do diagnóstico. Em alguns contextos, a deficiência ainda é compreendida sob perspectivas equivocadas, associadas a fatores religiosos, morais ou sociais, o que pode levar à negação da condição da criança ou à busca por explicações que dificultam a adesão às orientações profissionais. Nesse sentido, Saviani (2008, p. 41) ressalta que a educação está intrinsecamente ligada à realidade social e cultural dos indivíduos, sendo necessário considerar essas dimensões na compreensão dos processos educativos e familiares.

Outro elemento que merece destaque é a fragilidade no apoio institucional oferecido às famílias. A ausência de acolhimento adequado por parte dos serviços de saúde e da escola, bem como a falta de políticas públicas efetivas de orientação e suporte, pode intensificar o decurso de negação e dificultar a construção de uma postura ativa frente ao desenvolvimento da criança. Conforme enfatiza Mantoan (2006, p. 37), a inclusão escolar exige não apenas adaptações pedagógicas, mas também o fortalecimento de redes de apoio que auxiliem as famílias na compreensão e aceitação das diferenças.

Ademais, a expectativa social em relação ao desenvolvimento considerado “típico” pode gerar frustração e sofrimento nos responsáveis, dificultando a ressignificação do percurso da criança. A ruptura com padrões idealizados de desenvolvimento exige um movimento de reconstrução de expectativas, o que nem sempre ocorre de forma imediata ou natural.

Segundo Vygotsky (1998, p. 98), o desenvolvimento humano deve ser compreendido a partir das potencialidades do indivíduo, e não apenas de suas limitações, perspectiva que pode contribuir para uma visão mais positiva e acolhedora da deficiência.

Dessa forma, identificar os fatores que interferem de alguma maneira a aceitação do diagnóstico torna-se imperativo para a construção de estratégias que promovam o acolhimento, a orientação e o fortalecimento das famílias. A compreensão dessas barreiras possibilita a elaboração de meios mais sensíveis e inclusivos, tanto no âmbito escolar quanto nos serviços de apoio, promovendo o engajamento da família e a autonomia da criança com deficiência.

Contudo, há também de se refletir acerca do que esperar das crianças da educação inclusiva, pois trata-se de um grande equívoco esperar que todas as crianças tenham o mesmo desempenho. É importante reconhecer que o desenvolvimento das crianças ocorre em ritmos e níveis distintos. No contexto da educação inclusiva, os objetivos pedagógicos devem ser individualizados, considerando as potencialidades, necessidades e formas de aprendizagem de cada estudante, respeitando seus avanços e promovendo sua participação social e educacional.

2.4 Estratégias que favoreçam a corresponsabilidade no processo educativo

A construção de estratégias que favoreçam a corresponsabilidade entre família e escola constitui elemento essencial para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade, especialmente no âmbito da Educação Infantil. A corresponsabilidade implica reconhecer que

o desenvolvimento da criança não é atribuição exclusiva da escola, tampouco da família, mas resultado da atuação conjunta, articulada e contínua entre esses dois espaços formativos.

Uma das principais estratégias para o fortalecimento dessa relação consiste na promoção de uma comunicação eficaz e permanente entre família e escola. O estabelecimento de canais de diálogo acessíveis, claros e acolhedores possibilita a troca de informações relevantes sobre o desenvolvimento da criança, suas necessidades e avanços.

Nesse sentido, Lück (2011, p. 71) destaca que a participação da família está diretamente relacionada à qualidade da comunicação institucional, sendo fundamental que a escola desenvolva práticas que incentivem a escuta ativa e o envolvimento dos responsáveis.

Outra estratégia relevante refere-se à realização de reuniões pedagógicas participativas, que ultrapassem o caráter meramente informativo e assumam uma perspectiva formativa e colaborativa. Esses momentos devem oportunizar o diálogo, a orientação e o esclarecimento de dúvidas, contribuindo para que as famílias compreendam melhor a marcha educativa e se sintam parte dele.

Libâneo (2013) pontua que a integração entre escola e família requer ações planejadas que promovam a participação efetiva dos responsáveis nas decisões e nas práticas educativas.

No contexto da educação inclusiva, torna-se imprescindível a construção de ações de acolhimento e orientação às famílias, especialmente no que se refere às especificidades da deficiência e às estratégias de apoio à aprendizagem. A escola deve assumir um papel ativo na mediação desse processo, oferecendo suporte emocional e informacional que contribua para o fortalecimento da confiança e da segurança dos responsáveis.

Contudo, para que essas ações ocorram de forma efetiva, é necessário superar práticas escolares burocráticas e centralizadoras, que frequentemente limitam a participação das famílias apenas a momentos formais e de poucos diálogos. De acordo com Mantoan (2006, p. 45), a inclusão escolar demanda a estruturação de uma rede de apoio que envolva diferentes atores, sendo a família parte fundamental dessa articulação.

Além disso, a implementação de projetos que incentivem a participação da família no cotidiano escolar pode contribuir significativamente para o fortalecimento da corresponsabilidade. Atividades como oficinas, palestras, momentos de integração e participação em eventos escolares permitem que os responsáveis se aproximem da realidade da escola e compreendam melhor as práticas pedagógicas desenvolvidas.

Segundo Saviani (2008, p. 39), a educação deve ser compreendida como prática social coletiva, o que reforça a importância da participação ativa de todos os envolvidos na vida escolar.

Outra estratégia importante diz respeito à flexibilização de práticas institucionais, considerando as diferentes realidades das famílias. A adaptação de horários para reuniões, o uso de tecnologias para comunicação e o respeito às condições socioeconômicas dos responsáveis são medidas que podem favorecer maior engajamento familiar.

Conforme destaca Bronfenbrenner (1996, p. 29), o desenvolvimento humano é influenciado pela qualidade das interações entre os diferentes contextos, sendo necessário que esses ambientes estejam organizados de forma a favorecer a participação e o envolvimento.

A formação continuada dos profissionais da educação para o trabalho com famílias também se apresenta como estratégia fundamental. Professores e gestores preparados para lidar com a diversidade, com as especificidades da inclusão e com as demandas familiares tendem a estabelecer relações mais empáticas e colaborativas.

Desta forma, Fonseca (2015, p. 95) ressalta que o trabalho conjunto entre escola e família requer sensibilidade, conhecimento e compromisso com o processo de aprendizagem e socialização da criança.

Por fim, é imperativo destacar que a promoção da corresponsabilidade na metodologia educativa depende da construção de uma cultura escolar pautada na valorização da parceria, no respeito mútuo e na compreensão de que a educação é uma construção compartilhada. Quando família e escola atuam de forma integrada, ampliam-se as possibilidades de aprendizagem, inclusão e desenvolvimento, consolidando práticas educativas mais democráticas, humanizadas e eficazes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das obras e documentos selecionados para esta revisão bibliográfica narrativa, observou-se que a participação da família constitui um dos elementos centrais para o desenvolvimento educacional, social e emocional de crianças com deficiência na Educação Infantil. Os estudos analisados demonstram que a articulação entre família e escola favorece não apenas a aprendizagem, mas também a construção de vínculos afetivos, a autonomia e a inclusão da criança no ambiente escolar.

Quadro 2- Caracterização dos principais resultados encontrados

Autor(es)	Ano	Objetivo	Principais contribuições
Vygotsky	1998	Compreender o desenvolvimento humano por meio das interações sociais	Destaca a importância da mediação social na aprendizagem
Bronfenbrenner	1996	Explicar o desenvolvimento humano em múltiplos contextos	Evidencia a influência da família e da escola
Mazzotta	2001	Analisar a Educação Especial no Brasil	Discute desafios enfrentados por famílias de crianças com deficiência
Mantoan	2006	Defender a educação inclusiva	Propõe práticas pedagógicas voltadas à inclusão
Libâneo	2013	Discutir os processos educativos	Ressalta a parceria entre família e escola
Lück	2011	Estudar a gestão educacional	Destaca a participação familiar como fator de sucesso escolar
Blanco Varela	2024	Investigar a integração familiar na Educação Infantil	Evidencia a inclusão escolar por meio da parceria família-escola
Freitas e Matsukura	2024	Analisar experiências familiares na inclusão escolar	Identificam barreiras e possibilidades de participação familiar

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Os autores consultados convergem ao afirmar que o envolvimento familiar no cotidiano escolar contribui significativamente para a efetivação do processo educativo inclusivo. Vygotsky (1998) compreende que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais, evidenciando que a aprendizagem da criança é fortalecida quando há continuidade entre as experiências vivenciadas no ambiente familiar e escolar.

Entretanto, a literatura também evidencia que a consolidação dessa parceria ainda enfrenta limitações significativas na realidade escolar brasileira, especialmente em instituições que não dispõem de suporte especializado, formação continuada ou estratégias efetivas de acolhimento às famílias. Nessa perspectiva, a participação ativa dos responsáveis favorece a construção de um ambiente mais seguro, acolhedor e estimulante para o desenvolvimento infantil.

Os estudos de Libâneo (2013) e Lück (2011) reforçam que a parceria entre família e escola é indispensável para a consolidação de práticas pedagógicas mais eficazes. A literatura evidencia

que crianças cujas famílias acompanham as atividades escolares, mantêm diálogo frequente com a instituição e participam das ações educativas tendem a apresentar melhor adaptação ao ambiente escolar, maior segurança emocional e avanços mais consistentes no trajeto de aprendizagem.

Outro aspecto identificado na literatura refere-se às dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças com deficiência. Diversos autores apontam que fatores emocionais, sociais e econômicos interferem diretamente na inserção da família no contexto escolar. Mazzotta (2001) destaca que a aceitação do diagnóstico ainda representa um desafio significativo para muitas famílias, especialmente em contextos marcados por preconceitos e desinformação acerca da deficiência.

Além disso, as produções analisadas evidenciam que questões socioeconômicas também podem comprometer o acompanhamento escolar. Jornadas extensas de trabalho, dificuldades de acesso a serviços especializados, limitações financeiras e ausência de suporte institucional dificultam a participação ativa dos responsáveis no cotidiano escolar da criança. Bronfenbrenner (1996) afirma que o desenvolvimento infantil sofre influência direta dos diferentes contextos sociais em que a criança está inserida, o que demonstra que a vulnerabilidade social impacta não apenas a dinâmica familiar, mas também o método educativo.

Dados apresentados pelo UNICEF (2024) indicam que desigualdades sociais e econômicas continuam afetando o acesso de crianças e adolescentes a oportunidades educacionais de qualidade, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. Tais evidências reforçam a importância de estratégias institucionais capazes de apoiar as famílias e minimizar os impactos dessas desigualdades sobre o processo educativo.

Outro ponto recorrente nos estudos refere-se à necessidade de fortalecimento da comunicação entre família e escola. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) estabelece que a pessoa com deficiência possui direito à participação plena nos espaços educacionais, cabendo à escola promover acessibilidade e inclusão.

A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020) reforça que a efetivação da inclusão escolar requer ações articuladas entre escola, família e comunidade, destacando a necessidade de eliminar barreiras à participação e à aprendizagem dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, a colaboração

entre os diferentes atores educacionais constitui condição indispensável para a garantia do direito à educação inclusiva.

Dessa forma, o fortalecimento do vínculo entre família e instituição escolar torna-se indispensável para a garantia desse direito e amplia a participação dos responsáveis nas ações escolares. Conforme Mantoan (2006), a educação inclusiva exige a construção de redes colaborativas entre escola, família e comunidade, sendo essa articulação fundamental para garantir a participação efetiva da criança no ambiente educacional.

Os estudos analisados também demonstram que muitas famílias enfrentam dificuldades relacionadas à falta de informação sobre os direitos da criança com deficiência, os serviços de apoio disponíveis e as possibilidades de desenvolvimento infantil.

Nesse contexto, a escola assume papel importante como espaço de orientação e acolhimento, contribuindo para aproximar os responsáveis do processo educativo e fortalecer a corresponsabilidade. Ainda assim, observa-se que muitas instituições escolares permanecem centradas apenas nas demandas pedagógicas formais, deixando em segundo plano aspectos relacionados ao acolhimento emocional e à escuta das famílias.

A análise da literatura permitiu identificar, ainda, estratégias consideradas relevantes para o fortalecimento da parceria entre família e escola. Entre elas, destacam-se:

- Desenvolvimento de canais de comunicação acessíveis e permanentes;
- Realização de reuniões pedagógicas participativas;
- Acolhimento humanizado às famílias;
- Flexibilização de horários para participação dos responsáveis;
- Promoção de projetos de integração entre escola e comunidade;
- Formação continuada de professores para atuação na educação inclusiva.

Quadro 03 - Quadro Síntese

Desafio Familiar	Impacto no Processo Escolar
Dificuldade de aceitação do diagnóstico	Menor participação nas ações escolares
Baixa renda familiar	Limitações no acompanhamento pedagógico e terapêutico
Falta de informação sobre direitos e serviços	Dificuldades no apoio ao desenvolvimento infantil
Sobrecarga emocional dos responsáveis	Distanciamento da rotina escolar
Comunicação fragilizada entre família e escola	Menor acompanhamento da aprendizagem

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Observou-se convergência entre os autores analisados quanto ao entendimento de que a participação familiar constitui elemento indispensável para o desenvolvimento educacional de crianças com deficiência. Vygotsky (1998), Bronfenbrenner (1996), Libâneo (2013) e Lück (2011) reconhecem que a aprendizagem ocorre em uma rede de relações sociais, sendo a família e a escola contextos complementares na formação infantil. Embora partam de referenciais teóricos distintos, todos defendem que a articulação entre esses espaços favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

Entretanto, os estudos também revelam diferenças de enfoque. Enquanto Vygotsky (1998) enfatiza a mediação social como elemento central da aprendizagem, Bronfenbrenner (1996) amplia a análise ao considerar fatores contextuais, econômicos e culturais que influenciam o desenvolvimento humano. Essa perspectiva permite compreender que a ausência de participação familiar nem sempre decorre de desinteresse, mas pode estar associada a condições estruturais de vulnerabilidade social.

No campo da educação inclusiva, Mantoan (2006) e Mazzotta (2001) convergem ao reconhecer a necessidade de garantir o direito à educação para estudantes com deficiência. Contudo, Mantoan enfatiza a transformação das práticas escolares para acolher a diversidade, enquanto Mazzotta evidencia os desafios históricos e sociais enfrentados pelas famílias. Dessa forma, a inclusão escolar não deve ser compreendida apenas como responsabilidade da escola, mas como um processo compartilhado entre instituições, famílias e políticas públicas.

As evidências encontradas apontam que a efetivação da inclusão na Educação Infantil depende da construção de estratégias permanentes de comunicação, acolhimento e orientação às famílias. Tais resultados possuem implicações práticas relevantes para gestores e professores, que devem desenvolver ações voltadas ao fortalecimento do vínculo escola-família, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

Nesse sentido, os autores analisados defendem que a educação inclusiva somente se concretiza de maneira efetiva quando existe atuação conjunta entre escola, família e sociedade. A corresponsabilidade no regime educativo possibilita a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, sensíveis às diferenças e comprometidas com a construção da autonomia da criança.

Os resultados encontrados também dialogam com as reflexões apresentadas por Costa, Pletsch e Souza (2024), que defendem a educação inclusiva como expressão do direito universal à educação. As autoras ressaltam que a inclusão escolar exige não apenas o acesso à escola, mas também a criação de condições efetivas para participação, aprendizagem e permanência dos estudantes, o que envolve necessariamente a atuação conjunta entre escola, família e políticas públicas.

Cabe destacar que os resultados apresentados decorrem exclusivamente da análise da literatura selecionada, não havendo coleta de dados empíricos ou realização de pesquisa de campo. Dessa forma, os resultados desta revisão bibliográfica confirmam a relevância da participação dos pais ou responsáveis na Educação Infantil inclusiva e evidenciam que a ausência de diálogo e cooperação entre família e escola pode comprometer significativamente o processo de aprendizagem, a socialização e a inclusão da criança com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a responsabilidade e a participação da família no decurso de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência na Educação Infantil, destacando sua relação com a escola no contexto da educação inclusiva. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a efetivação da inclusão escolar depende significativamente da articulação entre família e escola, sendo essa parceria fundamental para a ampliação das potencialidades da criança.

A literatura analisada evidenciou que a participação ativa da família contribui diretamente para o fortalecimento da aprendizagem, da socialização, da autonomia e do desenvolvimento emocional da criança com deficiência. Os estudos revisados apontam que o acompanhamento familiar favorece a continuidade das práticas educativas entre os ambientes escolar e familiar, proporcionando maior segurança, acolhimento e estímulo ao desenvolvimento infantil.

Por outro lado, os autores consultados demonstraram que diversas famílias enfrentam dificuldades que limitam sua participação na marcha educativa. Entre os principais desafios identificados destacam-se a dificuldade de aceitação do diagnóstico, a falta de informação, as limitações socioeconômicas, a sobrecarga emocional e as dificuldades de acesso aos serviços de apoio e acompanhamento especializado.

Esses fatores revelam que a participação dos responsáveis não depende apenas da vontade dos responsáveis, mas também das condições sociais, emocionais e institucionais nas quais estão inseridos. Dessa forma, torna-se inadequado interpretar o afastamento familiar apenas como ausência de interesse, uma vez que múltiplos fatores estruturais e emocionais interferem na participação das famílias no ambiente escolar.

A revisão bibliográfica também permitiu compreender que a escola possui papel fundamental na construção de uma relação mais próxima e colaborativa com as famílias. Estratégias como acolhimento humanizado, diálogo permanente, escuta ativa, flexibilização de horários, comunicação acessível e desenvolvimento de ações de integração mostraram-se essenciais para fortalecer a corresponsabilidade no processo educativo inclusivo.

Além disso, os estudos analisados reforçam que a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) ressalta a responsabilidade das instituições educacionais na promoção de práticas inclusivas, acessibilidade e participação plena da criança com deficiência no ambiente escolar. A construção de práticas pedagógicas inclusivas depende não apenas de adaptações curriculares e metodológicas, mas também da existência de vínculos sólidos entre os diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento da criança.

Dessa forma, conclui-se que a parceria entre família e escola representa um elemento indispensável para a efetivação de uma educação inclusiva, democrática e humanizada. Quando essa relação ocorre de forma colaborativa, ampliam-se as possibilidades de aprendizagem, participação e amadurecimento cognitivo e emocional da criança com deficiência na Educação Infantil.

As discussões apresentadas neste estudo também convergem com as recomendações da UNESCO (2024), que destacam a necessidade de fortalecimento da liderança educacional, da cooperação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar e da construção de políticas públicas comprometidas com a equidade e a inclusão. Nesse cenário, a participação familiar constitui elemento estratégico para a consolidação de sistemas educacionais mais democráticos e acessíveis.

Por fim, destaca-se a importância da ampliação de estudos sobre a temática, especialmente pesquisas que investiguem diferentes contextos sociais e educacionais relacionados à inclusão escolar. Também se evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao apoio às famílias e à formação continuada dos profissionais da

educação, visando promover práticas cada vez mais inclusivas e comprometidas com o direito à educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BLANCO VARELA, Doriangelys Carolina. Integración familiar en la educación inicial: fortaleciendo la inclusión escolar. *e-Revista Multidisciplinaria del Saber*, v. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61286/e-rms.v2i.38>. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: MEC, 2020.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experiências naturais e planejadas. Porto Alegre: Artmed, 1996.

COSTA, Valdelúcia Alves da; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educação em Revista*, v. 40, 2024.

FONSECA, Vitor da. Educação especial: programa de estimulação precoce: uma introdução às ideias de Feuerstein. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015.

FREITAS, Ana Paula de; MATSUKURA, Thelma Simões. Experiências de familiares de crianças com deficiência no processo de inclusão escolar na rede pública regular de ensino: um estudo de caso. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 32, 2024.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. Global Education Monitoring Report 2024/5: Leadership in Education – Lead for Learning. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/reports/gem-report/en/2024-monitoringsdg4>. Acesso em: 3 jun. 2026.

UNICEF. Situação Mundial da Infância 2024: crianças, educação e inclusão social. Brasília, DF: UNICEF Brasil, 2024.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.